

O VALOR DE SEGURAR MILHARES DE VIDAS É INCALCULÁVEL. MESMO ASSIM, A PRUDENTIAL FAZ QUESTÃO DE MOSTRAR SEUS NÚMEROS.

A Prudential do Brasil cresce a cada ano. Em relevância, em reputação, em solidez, em respeito aos seus milhões de clientes em todo o país. Um crescimento sustentável, produzido ao longo de mais de 20 anos por especialistas em oferecer as melhores soluções de proteção para cada segurado. O resultado? Somos a maior seguradora independente de vida do Brasil, com mais de 2,5 milhões de vidas seguradas* e um crescimento médio de 30%** nos últimos 10 anos.

E as conquistas da Prudential do Brasil não vão parar por aqui. Porque tão grande quanto o nosso potencial é a nossa vontade de melhorar a vida de quem mais importa: nossos clientes.

**Pro agora. Pro amanhã. Pro futuro.
Prudential.**



Prudential

*Inclui operação de vida individual e em grupo.
**Crescimento de vida individual.

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

Aos Senhores Acionistas

De acordo com a legislação vigente, incluindo os pronunciamentos técnicos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enviamos as Demonstrações Financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. (Prudential do Brasil), relativas ao exercício de 2019, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

A Prudential do Brasil apresentou um crescimento de 22% no total de prêmios de seguros de vida individual (1) em 2019 comparado ao mesmo período de 2018, atingindo o montante de R\$ 2,6 bilhões.

A base de clientes do seguro de vida individual da Prudential do Brasil chegou a mais de 488 mil apólices em vigor em 31 de dezembro de 2019. Como consequência, também registrou um crescimento de 20% no capital segurado (2), comparado ao ano de 2018, chegando a mais de R\$ 409 bilhões. Além disso, a Companhia apresentou, no exercício de 2019, um lucro líquido de R\$ 41 milhões.

As reservas técnicas atingiram aproximadamente R\$ 5,4 bilhões em 2019. Já as aplicações financeiras da Prudential do Brasil, no mesmo período, foram da ordem de R\$ 6,0 bilhões, investidas exclusivamente no Brasil. O perfil dessas aplicações busca minimizar os riscos da seguradora e de seus segurados.

A Companhia possui capacidade financeira e tem a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários que estão classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento", honrando todos os compromissos, sem necessidade de alienar os referidos títulos, de acordo com os preceitos da Circular Susep nº 517/15 e suas alterações.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTOS DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Os acionistas da Prudential do Brasil, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O saldo do lucro líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% à Reserva de Lucros – Expansão, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade.

MISSÃO E PARCERIA – O SUCESSO DE UM MODELO

A Prudential do Brasil é uma companhia especializada em seguros de vida. No segmento de vida individual oferece seguros personalizados, com soluções adequadas às necessidades de proteção de cada família, por meio de corretores franqueados – designados Life Planner – e das parcerias comerciais.

O modelo de comercialização do seguro de vida individual da Prudential do Brasil oferece um alto padrão de qualidade e serviços de excelência e inclui, ainda, um processo prévio e cuidadoso de análise de subscrição, pelo qual é possível verificar a que fatores de risco o cliente está efetivamente exposto, além de obter informações sobre seu perfil financeiro, promovendo a tranquilidade do segurado ou dos beneficiários quanto ao pagamento do benefício e, ainda, a segurança financeira da companhia.

COMPROMISSO COM A ÉTICA E CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

Nenhum objetivo de negócios será mais importante do que a fidelidade aos valores e princípios que são a base da nossa companhia. A ética norteia as relações da Prudential do Brasil tanto interna quanto externamente. Para isso, são disponibilizados canais e ferramentas de comunicação, a fim de proporcionar um ambiente íntegro e encorajando todos a agirem de forma ética, honesta e imparcial.

PRESENÇA NO PAÍS

Sediada no Rio de Janeiro e com filial em São Paulo, a Prudential do Brasil está presente em diversas cidades brasileiras, por meio de seus 38 pontos de apoio (base de 31 de dezembro de 2019), distribuídos nos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

RECURSOS HUMANOS

Reconhecimentos

O compromisso com a excelência e a busca por auxiliar seus funcionários a alcançar um equilíbrio satisfatório entre vida pessoal e profissional levaram a companhia a receber reconhecimentos. Em 2019, a seguradora participou pela 10ª vez consecutiva da pesquisa promovida pela consultoria Great Place to Work® - Edição especial da revista Época, na qual foi classificada entre as melhores companhias para se trabalhar no estado do Rio de Janeiro.

PRUDENTIAL FINANCIAL, INC

A Prudential Financial, Inc. (NYSE: PRU), líder em serviços financeiros nos EUA com mais de US\$ 1,6 trilhão de ativos sob sua gestão, em 31 de dezembro de 2019, possui operações nos Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina.

Considerando a *expertise* em seguros de vida e gestão de ativos, a Prudential Financial está focada em ajudar clientes individuais e institucionais a crescer e proteger seus bens. Nos EUA, nosso símbolo *Rock®* - o rochedo - é um ícone de força, estabilidade, experiência e inovação que perdura ao longo do tempo.

Prudential Financial, Inc. realiza seus principais negócios através de cinco unidades: a Unidade de Soluções Individuais nos EUA, a Unidade de Soluções Corporativas nos EUA, a Unidade de Gestão de Investimentos, a Unidade Internacional de Seguros e a Unidade de Closed Block. Também são realizadas atividades nas áreas de Operações Corporativas e outras.

Para obter mais informações, visite www.prudential.com.

AGRADECIMENTOS

A Prudential do Brasil agradece aos seus segurados, razão de sua missão e cuidado, por acreditarem na essencialidade do seguro de vida e por confiarem nos nossos produtos de proteção diferenciada. À SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (CNSeg) e à Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), por todo o apoio recebido.

Também agradece aos funcionários da seguradora e aos prestadores de serviços, como reconhecimento pela dedicação e esforço, fundamentais para o sucesso contínuo da companhia. E, em particular, aos corretores franqueados e demais parceiros comerciais, a união de sucesso, a dedicação e a atenção demonstrados aos clientes.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

(1) Prêmios de Seguros (BRGAAP) = Prêmio Emitido de Seguro de Vida Individual - Cancelamento - Restituição - Desconto - Cosseguro Cedido + Cosseguro Aceito.

(2) Capital Segurado considera Apólices Ativas de Seguro de Vida Individual, incluindo as coberturas para Morte Acidental e para Doenças Graves.

Life Planner® é a marca registrada da *The Prudential Insurance Company of America* para designar os franqueados corretores de seguro de vida.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018
Circulante		2.820.915	2.154.116	Circulante		525.443	427.752
Disponível				Contas a pagar		303.834	246.187
Caixa e bancos	5	12.205	13.321	Obrigações a pagar	15	74.361	50.291
Aplicações financeiras	6	2.104.189	1.508.766	Impostos e encargos sociais a recolher		7.077	9.626
Títulos de renda fixa		4.376	–	Encargos trabalhistas		11.915	9.602
Quotas de fundos de investimento exclusivo		2.099.813	1.508.766	Impostos e contribuições	16	188.169	176.668
Créditos das operações com seguros e resseguros		263.230	222.238	Outras contas a pagar	15	22.312	–
Prêmios a receber	7	252.293	212.802	Débitos das operações com seguros e resseguros		20.153	10.174
Operações com resseguradoras		10.937	9.436	Operações com resseguradoras		20.153	10.174
Ativos de resseguros - provisões técnicas	8	13.940	14.939	Depósitos de terceiros	17	8.478	7.519
Títulos e créditos a receber		96.856	74.602	Provisões técnicas - seguros	20	192.978	163.872
Créditos tributários e previdenciários	10(a)	85.754	70.374	Danos		641	4.431
Dividendos a receber	13	3.340	–	Pessoas		52.585	48.187
Outros créditos	11(a)	7.762	4.228	Vida individual		119.772	90.046
Empréstimos e depósitos compulsórios		4.605	4.445	Vida com cobertura por sobrevivência		19.980	21.208
Despesas antecipadas		1.578	3.000	Não circulante		6.104.949	4.693.081
Custos de aquisição diferidos		324.312	312.805	Contas a pagar		453	441
Seguros e resseguros	9	324.312	312.805	Obrigações a pagar	15	453	441
Não circulante		5.228.432	4.326.494	Provisões técnicas - seguros	20	5.168.701	4.027.025
Realizável a longo prazo		4.955.273	4.073.464	Pessoas		107.750	86.002
Aplicações financeiras	6	3.864.410	3.148.896	Vida individual		4.599.763	3.513.977
Títulos de renda fixa		158.514	115.014	Vida com cobertura por sobrevivência		461.188	427.046
Quotas de fundos de investimento exclusivo		3.705.896	3.033.882	Outros débitos		935.795	665.615
Títulos e créditos a receber		847.687	658.514	Provisões judiciais	18	908.309	643.011
Assistência financeira a participantes	11(b)	109.085	99.742	Outros	18	27.486	22.604
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	347.025	229.993	Patrimônio líquido	22	1.418.955	1.359.777
Depósitos judiciais e fiscais	12	379.390	318.672	Capital social		1.010.300	1.010.300
Outros créditos operacionais	11(b)	12.187	10.107	Aumento de capital em aprovação		14.483	–
Custos de aquisição diferidos		243.176	266.054	Reserva de capital		562	562
Seguros e resseguros	9	243.176	266.054	Reservas de lucros		417.540	377.129
Investimentos	13	218.719	194.282	Ajustes com títulos e valores mobiliários		(23.930)	(28.214)
Participações societárias		218.719	194.282	Total do passivo e patrimônio líquido		8.049.347	6.480.610
Imobilizado	14	54.440	58.748				
Bens imóveis		9.340	9.541				
Bens móveis		28.586	29.370				
Outras imobilizações		16.514	19.837				
Total do ativo		8.049.347	6.480.610				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Ativos financeiros com 20% ou mais de perda não realizada durante seis meses consecutivos;
- Ativos financeiros com 50% ou mais de perda não realizada em qualquer período;
- Ativos financeiros com consistente perda não realizada por pelo menos um ano;
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Adicionalmente, a Seguradora considera que um ativo financeiro está deteriorado se tal ativo se encontra em algumas das situações descritas acima e a Companhia tem a intenção de vender esse ativo ou entende que o mesmo não recuperará seu valor de custo amortizado até a data do vencimento.

A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. No caso de prêmios a receber, essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

Ainda para prêmios a receber, a provisão deve ser constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor. Portanto, a provisão deverá incluir todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluírem valores a vender.

A provisão para riscos sobre créditos para ativos de resseguros e cosseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 365 dias da data do vencimento do crédito.

Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado através dos procedimentos descritos acima (vide Nota 6 (g)).

2.5 Custos de aquisição diferidos

A apropriação da comissão para o ramo de vida é efetuada com base no prazo médio de permanência do Segurado (36 meses).

2.6 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da pulverização de riscos. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. A avaliação é realizada consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro.

Para ativos de resseguros, a Prudential opera com resseguradoras locais, consequentemente, não há evidências objetivas de *impairment*.

Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência dos contratos não exime as obrigações para com os segurados.

2.7 Demais ativos circulantes e não circulantes

A Seguradora constitui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que apresentam perspectivas de realização, de acordo com projeções da Administração.

Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para processos judiciais em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o seu valor justo ou de realização.

2.8 Contratos de seguro

A Seguradora procedeu à análise de seus negócios e determinou que suas operações são caracterizadas como contratos de seguro, na sua totalidade, segundo orientações contidas no CPC 11 e Carta-Circular SUSEP/DITEC/CGSOA nº 001/2015, assim como os contratos de resseguro mantidos pela Seguradora.

Nos principais produtos da Seguradora, é utilizada a Tábua Biométrica CSO-80, com taxa de juros de 3% ao ano e taxas de carregamento de até 40%, respeitados os limites previstos em lei para os produtos de sobrevivência.

Nos principais produtos da Seguradora Kyoto, incorporada à Prudential em dezembro de 2019, foram utilizadas Tábuas Biométricas masculinas e femininas devidamente reconhecidas e aprovadas pela legislação vigente. Combinadas a essas Tábuas, foram usadas taxas de juros limitadas a 6% ao ano, além de taxas de carregamento.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), com base nas legislações vigentes aplicáveis às sociedades seguradoras (Resolução CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores) descritas a seguir:

Seguros de Pessoas, Vida Individual e Vida com Cobertura por Sobrevida

(i) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

O cálculo da PPNG deve ser efetuado "*pro rata die*", tomando por base a razão entre o período a decorrer e o período total da cobertura de risco pelo prêmio comercial no mês de constituição de todos os contratos de seguros vigentes. No período entre emissão e início de vigência do risco, o cálculo considera que o período a decorrer é igual ao período total da cobertura de risco.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-FVNE) é uma estimativa constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes, conforme previsto em Nota Técnica Atuariais.

(ii) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora, contemplando ainda os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (*Incurred But Not Enough Reported* - IBNER), conforme previsto em Nota Técnica Atuariais.

(iii) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (*Incurred But Not Reported* - IBNR)

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo por metodologia de triângulo trimestral de *run-off*, conforme previsto em Nota Técnica Atuariais.

(iv) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)

A PMBaC abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os segurados, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. É calculada mensalmente para as apólices em vigor, em função da idade e do sexo do segurado, do capital segurado e da periodicidade de pagamento dos prêmios, para fazer face aos compromissos da Seguradora com seus segurados antes do pagamento do benefício.

(v) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)

A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora receptora.

(vi) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)

Corresponde ao valor atual dos benefícios futuros cujo evento gerador tenha ocorrido. É calculada de acordo com fórmulas de cálculo específicas conforme Nota Técnica Atuariais protocolada na SUSEP.

(vii) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme Nota Técnica Atuariais.

(viii) Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF é financeiramente constituída conforme condições gerais das apólices, abrangendo os valores destinados à distribuição de dividendos, quando houver, assim como a sua atualização monetária, quando ainda não pagos.

(ix) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC é constituída se o resultado do Teste de Adequação de Passivos for positivo, conforme descrito a seguir.

Seguros de Danos (Carteira em *Run-off*)

(i) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora, devendo contemplar os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (*Incurred But Not Enough Reported* - IBNER), se for o caso.

Teste de Adequação do Passivo (TAP ou LAT - *Liability Adequacy Test*)

O CPC 11 introduziu o conceito de Teste de Adequação do Passivo, que consiste na avaliação da adequação dos passivos da Seguradora. O resultado do TAP é a diferença entre o valor presente das estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os tipos de contrato e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base. As regras e os procedimentos para a realização do teste foram instituídos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Esse teste é efetuado semestralmente e, caso o valor apurado seja positivo, esse deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Dessa forma, é avaliado se o montante provisionado já com os devidos valores deduzidos está adequado às estimativas de fluxo de caixa futuro.

As premissas que estão sendo previstas no fluxo de caixa estimado são:

- A estimativa corrente deve refletir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros. Para tal deverão ser consideradas hipóteses atuais, realistas e não viesadas para cada variável aleatória no cálculo atuarial dos fluxos de caixa futuro, tais como hipóteses econômicas, demográficas, atuariais e catastróficas. Na realização destes testes, a Seguradora utilizou premissas correntes para projetar os fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. As premissas de mortalidade e de sobrevivência adotadas são as constantes nas tábuas brasileiras BR-EMS mais atuais. Para as demais premissas foram utilizadas taxas obtidas de acordo com a experiência da própria Seguradora. Foi utilizada pela Seguradora, para o cálculo do valor presente do fluxo estimado, a estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP, referente ao IGP-M, e pela ANBIMA referente ao IPCA.

• O teste é realizado no nível mínimo de agrupamento de contratos, instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, correspondendo a 41 grupos.

• O teste para os fluxos registrados é bruto de resseguro, portanto, sua deficiência pode ser dividida entre seguradora e resseguradora, caso esteja relacionada ao contrato de resseguro. Em contrapartida aos ajustes das provisões para reconhecimento de deficiências, aumenta-se o valor dos

ativos de resseguro.

- O fluxo considera: sinistros, resgates e benefícios a ocorrer; contribuições e prêmios futuros de contratos vigentes; despesas administrativas; bônus; despesas de gestão de sinistros; despesas de comercialização incidentes sobre os prêmios futuros até a data de término da vigência; tábuas biométricas, taxas de desconto e renovações dos contratos em vigor.
- Os fluxos foram projetados com base em métodos determinísticos.

Os riscos originados pelos contratos de seguro mantidos pela Seguradora decorrem de eventos de morte por qualquer causa, morte acidental, sobrevivência, invalidez, doenças graves, internação hospitalar, antecipação em caso de doença e perda de autonomia pessoal. Tais eventos são específicos, futuros e incertos e por estes motivos requerem análises de premissas que precisam ser consideradas na constituição dos passivos da Seguradora.

No Teste de Adequação do Passivo de 31 de dezembro de 2019, concluiu-se que não há necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) para a Seguradora no período.

2.9 Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela Administração.

2.10 Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como resultado de participações societárias. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Seguradora.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) determinado na aquisição de um investimento é calculado e reconhecido como o excedente da contrapartida transferida sobre o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, mensurados ao valor justo. Seu valor é revisado anualmente para que não seja superior ao seu valor recuperável.

2.11 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, tendo como base taxas que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens, descritas na Nota 14(a).

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelos CPCs como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (deduzido dos custos de venda dos ativos).

2.13 Passivos financeiros (demais passivos circulante e não circulante)

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos e as contribuições são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, aplicáveis às instituições financeiras e equiparadas (seguradoras), na data do balanço. Sendo assim, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% nos meses em que a Seguradora apurou lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 15%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão calculados considerando a alíquota total de 40% - alíquota em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, pela qual esses tributos foram realizados (2018 - 45%).

2.15 Capital social

O capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, que são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Distribuição de dividendos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.17 Políticas contábeis de reconhecimento de receita e despesa

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- A apropriação dos prêmios e comissões ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e resseguros, de acordo com o prazo de vigência das apólices, com base no prazo médio de permanência do segurado (36 meses).
- A participação dos empregados no resultado, de acordo com as metas estipuladas pela Administração da Seguradora, acrescida dos valores estabelecidos na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, se aplicável.
- O imposto sobre operações financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio.
- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

- O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros ou passivos atuariais da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros, para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, em conformidade com as Condições Gerais/Regulamentos e Notas Técnicas Atuariais protocoladas/ aprovadas na SUSEP.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente, em datas futuras, para o pagamento das obrigações devidas. Como se tratam de valores provisionados, esses representam estimativas.

Os passivos de seguro que são mais impactados por uso de julgamento e incertezas são aqueles relacionadas às provisões técnicas, principalmente a liquidação de causas judiciais, uma vez que experiências passadas e indicadores podem não refletir a realidade de decisões judiciais.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a avaliação do Departamento Jurídico e dos consultores legais externos, a partir de uma análise individualizada e conforme o perfil dos litígios para a constituição da provisão para os processos com expectativa de perda classificada como "provável". Para os processos cíveis com expectativa de perda "remota" ou "possível", não é registrada provisão. Para os processos trabalhistas, as estimativas consideram a expectativa de desembolso, considerando o histórico de execução e acordos.

Adicionalmente, a Seguradora utiliza informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões, segundo o CPC 25/IAS 37.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros

Conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a Seguradora aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de *impairment* para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados e créditos a receber de concessões de empréstimo a clientes.

(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis.

4. Estrutura de gerenciamento de risco

A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. dispõe de mecanismos operacionais de governança concentrados na eficácia das suas operações, na fidelidade do seu sistema de informações e na conformidade às regras e leis vigentes. Estes mecanismos estão alinhados às políticas internas do Grupo Prudential Financial e têm sua aplicação garantida pelos gestores executivos da Seguradora. Mecanismo de extrema relevância para a definição da estratégia da Seguradora, a gestão de riscos é parte integrante da cultura da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.. Há na Seguradora uma Estrutura de Gestão de Riscos responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos, assim como um Comitê de Gerenciamento de Riscos (CGR) que tem como principal finalidade o alinhamento da estratégia da Seguradora ao seu apetite por risco por meio de avaliações e *follow-ups* periódicos. Esse comitê é composto pelo Presidente, Vice-Presidente de Operações, Vice-Presidente Financeiro, *Chief Risk Officer* (CRO), Auditoria Interna, *Compliance*, entre outros.

Uma equipe exclusivamente dedicada ao gerenciamento de riscos atua no monitoramento contínuo dos riscos e auxilia os gestores da Seguradora na identificação e avaliação de riscos.

4.1 Descrição dos riscos nas operações

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de riscos: seguro, crédito, liquidez, mercado e capital.

4.1.1 Gestão de risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre a frequência e o valor do benefício/indenização resultante dos eventos cobertos.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora tem a obrigação de pagar um benefício adicional significativo aos seus segurados, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é incerto e, consequentemente, sujeito a oscilações.

Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros.

Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios pagos aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa a que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação e pulverização de riscos e uma política de resseguro que considera resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

(a) Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição objetiva a emissão do maior número possível de apólices, mantendo o índice de riscos da Seguradora em uma faixa aceitável para propiciar lucro e sua solvência, garantindo a qualidade dos serviços aos clientes, aos franqueados e aos demais parceiros comerciais, a nível nacional, conforme as normas técnicas da Prudential do Brasil, Prudential International e os parâmetros e prazos legais estabelecidos pelos órgãos reguladores do mercado segurador.

A política de aceitação de riscos abrange os riscos de mortalidade e morbidade apresentados pelos segurados potenciais visando atribuir a estes as categorias apropriadas do risco de acordo com as normas e diretrizes da Seguradora, sob a ótica da Medicina do Seguro e da Subscrição de Riscos, determinando o valor correto dos prêmios para cada segurado ou a não aceitação dessas propostas.

Para mitigar o risco de a Seguradora ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e fraude e outros ilícitos semelhantes, esta faz uma análise de risco *prévio* (*Underwriting*), com base nas informações indicadas nas propostas de contratação apresentadas pelos franqueados *Life Planner* ou pelos demais parceiros comerciais.

As apólices de seguros de vida da Prudential do Brasil são emitidas com base em evidências médicas e outros dados de segurabilidade, tais como renda, esportes e *hobbies*, profissão, uso de álcool/fumo, visando determinar se um responsável pelo pagamento (potencial segurado) apresenta ou não um risco aceitável.

Essa atividade visa à manutenção do equilíbrio financeiro da Seguradora, buscando identificar riscos que estão além da capacidade da Seguradora de absorvê-los, e evitá-los.

(b) Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda ao limite de retenção da Seguradora ou que representa o percentual de quota parte ressegurada.

Os contratos de resseguro englobam os seguintes riscos: doenças graves, morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente, diária de internação hospitalar, perda de autonomia pessoal e invalidez por doença. Tais contratos apresentam cláusulas que fazem com que os resseguradores acompanhem a Seguradora nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Prudential.

No caso de riscos de catástrofes, a Seguradora possui outro contrato vigente. Entretanto, até a data de divulgação do balanço não foi identificado a ocorrência de sinistros a recuperar.

Historicamente, a necessidade de acordos de resseguro de excesso de responsabilidade com limites de retenção conservadores se faz necessária em todo e qualquer início de operação para estabelecer uma base forte, controlando, dessa forma, a volatilidade dos resultados causada pela flutuação inevitável da experiência de mortalidade e morbidade.

Outra importante finalidade envolvida na estratégia de resseguro da Seguradora é a utilização/transfêrencia do conhecimento dos resseguradores no desenvolvimento de novos produtos, precificação, subscrição e regulação de sinistros.

A Seguradora mantém estudos constantes para análise do valor do limite de retenção e do percentual de quota parte ressegurada, com o objetivo de manter o equilíbrio entre o risco assumido e o risco transferido para os resseguradores.

(c) Casamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

(d) Gerenciamento de risco por segmento de negócios

A Seguradora opera predominantemente com seguro de pessoas. O monitoramento da carteira é realizado considerando as seguintes ferramentas: (i) análises de sensibilidade; (ii) análise de subscrição; (iii) acompanhamento de sinistralidade; (iv) monitoramento de lucratividade; (v) gerenciamento de ativos e passivos.

(e) Seguros de vida

Os produtos de vida comercializados possuem natureza de longo prazo, e por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, despesas, taxas de mortalidade e persistência em relação às políticas vigentes para cada grupo de produtos. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa, longevidade e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do previsto. Isso porque alguns produtos pagam se a pessoa morre, outros produtos pagam quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo.
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas podem fazer com que menos apólices/ contratos de seguros permaneçam contratados em vigor para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto em todos os tipos de produtos.
- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Os riscos de seguro de vida individual são gerenciados da seguinte forma:

- Os riscos de mortalidade, morbidade e longevidade são cuidadosamente monitorados em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente em que a Seguradora opera. A Administração monitora a exposição a estes riscos e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a demanda de capital que os negócios poderão exigir. A Administração utiliza estratégias de resseguro para reduzir esses riscos quando possível e desejável.

- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência própria. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar a retenção de apólices que possam prescrever.

- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade dos produtos e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Além disso, são utilizados mecanismos de revisão de metodologia de provisões e testes de consistência, semestralmente.

(f) Resultados do teste de sensibilidade

Os testes de sensibilidade realizados por esta Seguradora descritos neste item foram efetuados considerando apenas os riscos relacionados a seguro e foram utilizadas as mesmas bases do Teste de Adequação de Passivos. De acordo com o previsto na regulamentação vigente, a Seguradora optou por mensurar os efeitos nas principais variáveis deste risco através do Teste de Adequação do Passivo e os efeitos subsequentes em necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) e no Patrimônio Líquido Ajustado, que compõe o indicador de solvência da Seguradora. Os testes consistiram em demonstrar o impacto de uma mudança razoável e possível em cada variável de forma marginal.

Conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, as variáveis estudadas foram: índice de conversibilidade, taxas de juros, mortalidade e morbidade (frequência e severidade), com o intuito de avaliação de premissas, com base em análises, para compor os testes de sensibilidade.

O índice de conversibilidade da Seguradora demonstra histórico baixo de ocorrência, o que culmina em uma tendência de baixa constante, pelo fato da maioria dos beneficiários optarem pelo pagamento de benefício de forma única.

Dessa forma, foram utilizadas pela Administração da Seguradora nos testes de sensibilidade apenas as variáveis de alta relevância, que são: redução e aumento de 1,5% ao ano nas taxas de juros e redução e aumento de 10% ao ano nas incidências de mortalidade e de morbidade.

Após a realização dos testes de sensibilidade não foram observadas alterações no resultado operacional da Seguradora, uma vez que os impactos nos fluxos dos passivos de seguro não geraram a necessidade de constituição de PCC. Todavia, os impactos nos respectivos fluxos geraram alterações nos ajustes econômicos do patrimônio líquido, os quais são apresentados na tabela abaixo:

Resultado dos Testes de Sensibilidade:	Efeito no patrimônio líquido ajustado	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Teste de Sensibilidade		
Aumento de juros em 1,5% ao ano (*)	(35.663)	(35.663)
Redução de juros em 1,5% ao ano (*)	350.408	350.408
Aumento da Mortalidade e Morbidade em 10%	(7.819)	(7.819)
Redução da Mortalidade e Morbidade em 10%	9.472	9.472

(*) A sensibilidade das taxas de juros testadas neste teste de sensibilidade, conforme mencionado acima, se referem ao seu efeito nos fluxos de passivo de seguro. O efeito do aumento/redução da taxa de juros sobre os ativos financeiros da Seguradora encontra-se no item 4.1.2.3 (Risco de Mercado). Os resultados obtidos demonstram que, mesmo nas condições simuladas, a Seguradora continuaria solvente, pois há suficiência de capital de R\$ 1.331.298 (o PLA em dezembro de 2019 da Seguradora resultou em R\$ 1.700.579, absorvendo, desta forma, os impactos apresentados na tabela). E, como comentado anteriormente, também não teria impacto no resultado de subscrição (via constituição adicional de PCC).

(g) Limitações da análise de sensibilidade
Os testes de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações de taxas de juros e inflação na economia. A medida que o mercado de capitais se movimentar, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

(h) Concentração de riscos
A carteira da Seguradora é composta por seguros de pessoas individuais. A análise da concentração se baseia na cobertura segurada. Nesse sentido, as concentrações são definidas por tipo de evento para os principais ramos de atividade da Seguradora (vida e invalidez) e pouca oscilação de concentração entre os períodos analisados.

Ramo	Percentual do capital segurado	
	2019	2018
Vida	26,66	26,64
Dotal misto	0,31	0,37
Dotal puro	0,08	0,09
Invalidez por acidente	26,97	27,01
Invalidez por acidente (parcial)	19,75	19,34
Morte acidental	10,62	11,04
Doenças graves	11,49	11,77
Diária por internação hospitalar	0,02	0,02
Assistência funeral	0,26	0,25
Perda de autonomia pessoal	3,83	3,47
Invalidez por doença	0,01	-
	100,00	100,00

Ramo	Percentual do capital ressegurado	
	2019	2018
Vida	18,80	17,97
Dotal misto	0,11	0,13
Invalidez por acidente	17,57	16,60
Invalidez por acidente (parcial)	4,83	3,40
Morte acidental	2,92	2,44
Doenças graves	37,36	41,36
Diária por internação hospitalar	0,04	0,06
Perda de Autonomia Pessoal	18,36	18,04
Invalidez por doença	0,01	-
	100,00	100,00

A Seguradora possui uma política de análise de risco prévia (subscrição), visando mitigar os riscos de concentração. Esta análise é realizada de forma mais criteriosa considerando o valor do capital segurado por vida. Outra forma de mitigação do risco é a adoção de uma política de resseguro que determina limites por tipo de contrato de seguro.

(i) Concentração de riscos por área geográfica
A Seguradora possui seus riscos concentrados principalmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo, onde a concentração é apresentada por ramo. Os demais estados do País, bem como o Distrito Federal, são considerados na categoria "Outros".

Composição da carteira	Fluxo de caixa contratual e não descontado					
	Sem vencimento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Saldo contábil
Ao valor justo através do resultado						
Ativos pós-fixados						
Públicos						
Indexados à inflação	-	1.328	23.616	-	1.815.861	1.840.805
Atrrelados à Selic	87.089	-	10.659	-	-	97.748
Fundos Multimercado	103.455	-	-	-	-	103.455
Mantidos até o vencimento						
Ativos pós-fixados						
Públicos						
Indexados à inflação	-	17.187	40.618	-	3.705.896	3.763.701
Disponíveis para venda						
Ativos pós-fixados						
Públicos						
Indexados à inflação	-	-	-	477	24.964	25.441
Atrrelados à Selic	-	-	4.376	-	10	4.386
Privados	-	-	-	-	133.063	133.063
Empréstimos e recebíveis, prefixados						
Caixa e equivalentes de caixa	12.205	-	-	-	-	12.205
Operações de crédito	4.605	-	-	-	109.085	113.690
Prêmios a receber de segurados	-	252.293	-	-	-	252.293
Ativos de resseguro	-	-	13.940	-	-	13.940
Outros créditos a receber	7.762	-	-	-	-	7.762
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	215.116	270.808	93.209	477	5.788.879	6.368.489

Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual, com exceção dos passivos de seguro, que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados, que são registrados no circulante e não circulante. A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos de seguro para análise de liquidez.

Passivos de contratos de seguros em 2019	Fluxo de caixa contratual e não descontado		
	0-1 ano	>5 anos	Valor contábil
Passivos de seguro	192.978	5.168.701	5.361.679
Total das obrigações contratuais	192.978	5.168.701	5.361.679

4.1.2.3 Risco de mercado
É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade de variáveis existentes no mercado (taxa de juros, inflação e etc), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros e risco da inflação.

A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre os ativos financeiros da Seguradora, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

Classes	Premissas	Variação - Resultado/ Saldo patrimônio líquido projetado	
		contábil	líquido projetado
Indexados à Inflação	Aumento de 1,5 % na taxa Cupom	5.763.010	(174.098)
Indexados à Inflação	Redução de 1,5 % na taxa Cupom	5.763.010	174.098
Atrrelados à Selic	Com alta de 1,0% ponto base com relação ao realizado	102.134	1.021
Atrrelados à Selic	Com queda de 1,0% ponto base com relação ao realizado	102.134	(1.021)

Ramo	2019						
	MG	SP	RJ	PR	RS	Outros	Total
Vida Individual	17,11	38,21	9,31	9,32	7,67	18,38	100,00
Dotal Misto	12,91	65,05	6,87	7,93	4,08	3,16	100,00
Dotal Puro	22,65	43,06	9,10	10,40	8,28	6,51	100,00
Invalidez por Acidente	17,11	38,21	9,31	9,32	7,67	18,38	100,00
Invalidez por Acidente - Parcial	15,77	37,40	8,52	10,09	7,67	20,55	100,00
Morte Acidental	10,79	60,78	4,86	6,56	5,31	11,70	100,00
Doenças Graves	20,29	34,58	8,29	8,83	7,46	20,55	100,00
Diária Hospitalar	14,62	38,08	8,61	7,50	9,04	22,15	100,00
Auxílio Funeral	12,99	39,33	8,10	13,36	7,20	19,02	100,00
Perda de Autonomia Pessoal	11,44	44,13	9,34	6,42	7,34	21,33	100,00
Invalidez por Doença	-	100,00	-	-	-	-	100,00

(j) Concentração de riscos por moeda
A Seguradora possui todos os valores de seus seguros expressos em moeda corrente nacional.

4.1.2 Gestão de riscos financeiros
A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management - ALM*), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada com os requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e com o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias:
(a) Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira.

(b) Risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora.

(c) Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo esta política, a Seguradora busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável ao invés de concentrar exposições a fatores de risco que possam destruir o valor dos negócios.

A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. Seus resultados são utilizados no processo de planejamento e decisão e também na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

4.1.2.1 Risco de crédito
Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora.

A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não possuem *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes de a Seguradora adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais, para limitar a exposição ao risco de crédito, em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e ativos de resseguro detidos pela Seguradora distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

Composição da carteira	Fluxo de caixa contratual e não descontado					
	Sem vencimento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Saldo contábil
Ao valor justo através do resultado						
Ativos pós-fixados						
Públicos						
Indexados à inflação	-	1.239	17.947	-	1.231.007	1.250.193
Atrrelados à Selic	181.334	-	26.904	-	-	208.238
Mantidos até o vencimento						
Ativos pós-fixados						
Públicos						
Indexados à inflação	-	16.037	34.298	-	3.033.882	3.084.217
Disponíveis para venda						
Ativos pós-fixados						
Privados						
Indexados à inflação	-	-	-	-	115.014	115.014
Empréstimos e recebíveis, prefixados						
Caixa e equivalentes de caixa	13.321	-	-	-	-	13.321
Operações de crédito	4.445	-	-	-	99.742	104.187
Prêmios a receber de segurados	-	212.802	-	-	-	212.802
Ativos de resseguro	-	-	14.939	-	-	14.939
Títulos e créditos a receber	4.228	-	-	-	-	4.228
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	203.328	230.078	94.088	-	4.479.645	5.007.139

Classes	Premissas	Variação - Resultado/ Saldo patrimônio líquido projetado	
		contábil	líquido projetado
Indexados à inflação	Aumento de 1,5 % na taxa Cupom	4.449.424	(110.142)
Indexados à inflação	Redução de 1,5 % na taxa Cupom	4.449.424	110.142
Atrrelados à Selic	Com alta de 1,0% ponto base com relação ao realizado	208.238	2.082
Atrrelados à Selic	Com queda de 1,0% ponto base com relação ao realizado	208.238	(2.082)

(a) Taxa de juros
O risco associado é oriundo da possibilidade de a Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Taxa de inflação
Devido à possibilidade de variações entre o IGP-M e o IPCA, a área de Investimentos passou a buscar alternativas para minimizar o efeito da inflação, uma vez que apesar da maior parte do passivo estar atrrelado ao IPCA ainda há uma significativa exposição ao IGP-M. Desta forma, ao longo dos últimos anos foram adquiridos papéis atrrelados ao IGP-M, tais como, os do título público NTN-C (indexadas ao IGP-M) e títulos emitidos por bancos (Letras Financeiras e CDB), também indexados ao IGP-M. Ainda assim, a Administração da Seguradora entende que esse risco é baixo, uma vez que a estimativa de mercado para os dois índices é de que fiquem próximos. Contudo, a Administração continua monitorando e buscando alternativas para minimizar os descolamentos que possam ocorrer.

(c) Gerenciamento de risco de mercado
O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

(d) Controle do risco de mercado
O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança. O controle do risco de mercado é acompanhado mensalmente pelas áreas Atuariais e de Investimento, cujas principais atribuições são:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	2019			
	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	A-/A3 (*)	Sem rating
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Públicos	1.938.553	-	-	-
Fundos Multimercado	-	-	-	103.455
Mantidos até o vencimento				
Ativos pós-fixados				
Públicos	3.763.701	-	-	-
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Privados	71.101	61.962	-	-
Públicos	29.827	-	-	-
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	12.205
Operações de crédito	-	-	-	113.690
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	252.293
Ativos de resseguro	-	-	-	13.940
Títulos e créditos a receber	-	-	-	7.762
Exposição máxima ao risco de crédito	5.803.182	61.962	13.940	489.405

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	2018			
	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	A-/A3 (*)	Sem rating
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Públicos	1.458.431	-	-	-
Mantidos até o vencimento				
Ativos pós-fixados				
Públicos	3.084.217	-	-	-
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Privados	51.362	63.652	-	-
Públicos	-	-	-	-
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	13.321
Operações de crédito	-	-	-	104.187
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	212.802
Ativos de resseguro	-	-	-	14.939
Títulos e créditos a receber	-	-	-	4.228
Exposição máxima ao risco de crédito	4.594.010	63.652	14.939	334.538

(*) Detalhamento na Nota 8.

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida quando, em certas situações, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo a regulamentação brasileira), se os pagamentos dos prêmios não forem efetuados na data de vencimento.

A política de emissão de apólices leva em consideração todos os aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro e também uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados (análise financeira) onde é confirmado o perfil de risco dos segurados.

(a) Exposições ao risco de seguro<

(b) Discriminação dos resseguradores

A Seguradora realiza negócios com a resseguradora local Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. (MRB), desde novembro de 2008, e com a resseguradora local IRB Brasil Resseguros S.A. (IRB), desde fevereiro de 2012. Além desses, a Seguradora realizou negócios com a resseguradora local Swiss Re Brasil Resseguros S.A. (SRB), durante um determinado período do ano de 2012. Na tabela abaixo, segue a relação dos resseguradores por *rating* de risco de crédito:

Ressegurador	Agência classificadora	Rating
Munich Re do Brasil Resseguradora	Moody's	Aa3
IRB Brasil Resseguros	A.M.Best	A-
Swiss Re Brasil Resseguros	Moody's	Aa3

(c) Redução ao valor recuperável

A provisão para redução ao valor recuperável será constituída se houver evidências objetivas e confiáveis aplicáveis aos casos em que ocorrer algum evento que justifique o não pagamento, por parte dos resseguradores, após o reconhecimento inicial do ativo com base nos termos dos contratos. Considerando que as atuais resseguradoras contratadas são resseguradoras locais, que, com base na legislação da SUSEP, possuem fator de risco mínimo e cuja classificação emitida pelas agências classificadoras as enquadram como algumas das melhores resseguradoras, e que a Seguradora possui estudo técnico que demonstra que, independente do prazo decorrido do registro de seus créditos de resseguro, todos os sinistros foram recuperados pela Seguradora, conclui-se que não há evidência para registro de redução ao valor recuperável.

9. Custos de aquisição diferidos**(a) Discriminação dos custos de aquisição**

Os valores de comissão, que estão diretamente relacionados com a emissão de novos contratos, são diferidos e, consequentemente, reconhecidos como ativos.

Atualmente, o método adotado pela Seguradora, para o citado diferimento, é linear por um prazo de 36 meses, o que garante a diluição das despesas iniciais por 3 anos.

(b) Movimentação das despesas de comercialização diferidas

Saldo em 1º de janeiro de 2018	482.864
Comissão	429.190
Amortização	(333.195)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	578.859
Comissão	370.773
Amortização	(382.144)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	567.488
Ativo circulante	324.312
Ativo não circulante	243.176

10. Créditos tributários e previdenciários**(a) Circulante**

	2019	2018
Imposto de renda		
Imposto de renda antecipação	64.258	53.855
Crédito de contribuição social		
Contribuição social antecipação	19.908	14.921
Contribuição social a compensar	567	549
Ajustes temporais		
COFINS diferido sobre provisão de sinistros a liquidar	878	902
PIS diferido sobre provisão de sinistros a liquidar	143	147
85.754	70.374	

(b) Não circulante

	2019	2018
Imposto de renda		
Imposto de renda a compensar (i)	1.541	1.541
Imposto de renda diferido		
Provisões temporais (Nota 19(a))	205.278	130.879
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado (Nota 22(c))	9.050	11.154
Outros	850	-
216.719	143.574	
Crédito de contribuição social e outros créditos		
Provisões temporais (Nota 19(b))	123.124	78.485
Créditos sobre Medida Provisória nº 1.807/99	279	279
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado (Nota 22(c))	6.903	7.655
130.306	86.419	
347.025	229.993	

(i) Refere-se à antecipação de IRPJ considerando as regras tributárias vigentes até o advento da Lei nº 9.316 de 22 de novembro de 1996, as quais permitiam a dedutibilidade da despesa de CSLL na base de cálculo do IRPJ. Tais valores estão sendo questionados judicialmente (vide Nota 18(a)).

11. Outros créditos**(a) Circulante**

	2019	2018
Adiantamentos a funcionários / administrativos	6.855	1.236
Dividendos a Receber	3.340	-
Créditos a receber	465	185
Contas a receber com Prudential Vida em Grupo S.A. (*)	398	2.752
Outros créditos a receber	44	55
11.102	4.228	

(b) Movimentação dos ativos

	Terrenos e edificações	Móveis, utensílios e equipamentos	Veículos	Benefícios em imóveis de terceiros	Gastos com organização, implantação e instalação	Total
Em 31 de dezembro de 2018						
Saldo inicial	9.743	26.296	2.746	17.422	56	56.263
Aquisições	-	7.880	1.864	7.999	-	17.743
Alienações e baixas - Custo (*)	-	(24)	(1.970)	-	-	(1.994)
Alienações e baixas - Depreciação (*)	-	6	756	-	-	762
Depreciação (**)	(202)	(8.087)	(97)	(5.618)	(22)	(14.026)
Saldo contábil, líquido	9.541	26.071	3.299	19.803	34	58.748
Em 31 de dezembro de 2019						
Saldo inicial	9.541	26.071	3.299	19.803	34	58.748
Aquisições	-	7.919	1.141	3.309	-	12.369
Alienações e baixas - Custo (**)	-	(5.210)	(1.138)	-	-	(6.348)
Alienações e baixas - Depreciação (**)	-	5.167	682	-	-	5.849
Depreciação	(201)	(8.476)	(869)	(6.610)	(22)	(16.178)
Saldo contábil, líquido	9.340	25.471	3.115	16.502	12	54.440

(*) Reapresentado para a devida comparabilidade com a movimentação do exercício de 2019

(**) O recebimento referente a parte dos bens alienados (R\$54) ocorrerá a prazo

15. Obrigações a pagar

O saldo de outras obrigações é composto por:

	2019	2018
Fornecedores	7.408	5.715
Dividendos a pagar	9.729	9.975
Franquia a pagar	901	7.788
Provisão para participação nos lucros	30.653	23.440
Aluguéis a pagar	2.036	1.848
Taxa administração da carteira	205	236
Provisões de serviços prestados a pagar	3.119	1.218
Contas a pagar com Itaú referente aquisição Vida em Grupo (i)	22.312	-
Contas a pagar com PII (ii)	19.755	-
Outras obrigações a pagar	1.008	512
97.126	50.732	
Circulante	96.673	50.291
Não circulante	453	441

(i) Refere-se ao valor a pagar pela compra da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. referente a ajuste de preço pela contraprestação dos sinistros ocorridos após a data de aquisição.

(ii) Refere-se a despesas a serem pagas à matriz da Companhia (PII - Prudential International Insurance Service Company, LLC.), principalmente em relação a gastos com TI.

A Seguradora possui obrigações contratuais decorrentes de arrendamentos operacionais, registradas no resultado do exercício, conforme a IAS 17/ CPC 06_R1. O fluxo de caixa não descontado dos contratos, em 31 de dezembro de 2019, totaliza R\$55.305, com vencimentos até 2027. Esse montante não inclui os contratos de baixo valor ou curto prazo. A Seguradora ainda não implementou a IFRS 16/ CPC 06_R2, que depende de posicionamento da SUSEP (Nota 2.2).

16. Impostos e contribuições

	2019	2018
Imposto de Renda	129.397	122.978
Contribuição Social (*)	53.442	50.765
COFINS	4.585	2.516
PIS	745	409
188.169	176.668	

(*) A diferença entre o valor de contribuição social, apurado na Nota 19, e o saldo a recolher, refere-se ao fato da Seguradora estar em disputa judicial sobre a alíquota que deve ser praticada, conforme descrito na Nota 18.

17. Depósitos de terceiros**(a) Saldo contábil**

	2019	2018
Prêmios antecipados	5.152	4.869
Prêmios e emolumentos recebidos	3.011	2.275
Outros depósitos	315	375
8.478	7.519	

(b) Saldo por vencimento dos prêmios antecipados

	2019	2018
A vencer	3	308
de 1 a 30 dias	4.505	3.383
de 31 a 60 dias	533	963
de 61 a 90 dias	111	215
5.152	4.869	

(*) Refere-se a saldo a receber da controlada Prudential Vida em Grupo S.A. de despesas administrativas.

(b) Não circulante

	2019	2018
Imposto de Renda - Dotal (*)	12.121	10.041
IRB provisões técnicas	66	66
	12.187	10.107
	109.085	99.742

Assistência Financeira a participantes ()**

(*) Imposto de renda retido dos segurados que contrataram as apólices do produto Dotal no período de 27 de abril de 2001 a 14 de julho de 2003.

(**) Essa modalidade de crédito é concedida pela Prudential do Brasil aos seus segurados, de acordo com a Circular SUSEP nº 320/06 e alterações posteriores, conforme Condições Gerais ou Regulamento dos produtos Vida Inteira, Vida Inteira Modificado, Dotal Misto e Dotal Criança, limitada ao valor da provisão matemática individual de cada participante atualizado pelo IGP-M/Selic.

12. Depósitos judiciais e fiscais

	2019	2018
Sinistros	2.836	1.407
Tributos		
Imposto de renda (*)	1.041	1.041
Contribuição Social (*)	211.643	171.396
FINSOCIAL	502	502
PIS	27.466	21.412
COFINS	101.162	66.187
Outros tributos	393	393
Encargos sociais	29	29
Trabalhistas (*)	34.268	56.299
Cíveis e administrativos (*)	50	6
379.390	318.672	

(*) Esses depósitos são objeto de provisão para processos judiciais, conforme descrito na Nota 18.

13. Investimentos**(a) Participação societária**

A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A., adquirida pela Seguradora da Itaú Seguros em abril de 2017, é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela SUSEP a operar seguros de danos materiais e pessoais em todo o território nacional. Foi constituída para receber os ativos líquidos dos ramos de vida em grupo, acidentes pessoais, viagem e educacional corporativos, com processo de subscrição, aceitação de risco e precificação individualizada por apólice, cindidos da Itaú Seguros. A Controlada opera seguros de vida em grupo. A aquisição da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. gerou um ágio de R\$4.663, já computado no saldo do investimento, abaixo. A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

	2019	2018
Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.		
Informações sobre a participação societária		
Ações/quotas do capital social em circulação (em milhares)	235.666	235.666
Participação da Sociedade no capital social (%)	100%	100%
Tipos de relação	Controlada	Controlada
Patrimônio líquido	217.396	189.619
Capital social	203.332	203.332
Reservas de lucros	997	997
Prejuízos acumulados	(14.710)	(14.710)
Lucro (Prejuízo) do exercício	27.777	-
Informações sobre os investimentos		
Saldo inicial - Investimentos	189.619	204.329
Saldo inicial - Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	4.663	4.663
Dividendos a receber	(3.340)	-
Equivalência patrimonial	27.777	(14.710)
Saldo final	218.719	194.282
Saldo final - Investimentos	214.056	189.619
Saldo final - Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	4.663	4.663

14. Imobilizado**(a) Saldo contábil**

	Taxa anual de depreciação - %	2019	2018
Terreno		2.200	2.200
Imóveis - Edificações	2	9.061	9.061
Equipamentos	10	69.272	64.093
Móveis, máquinas e utensílios	10	8.407	10.877
Veículos	20	4.430	4.426
Outras imobilizações (*)	10 e 4	42.931	39.623
		136.301	130.280
Depreciação acumulada		(81.861)	(71.532)
		54.440	58.748

(*) Referente a benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros.

	2019	2018
Fiscais	351.851	279.283
Trabalhistas	555.492	363.004
Cíveis	967	725
Outros Débitos (*)	27.486	22.603
	935.795	665.615

18. Outros débitos

Os processos com expectativa de perda provável decorrentes de litígios judiciais estão amparados por provisões registradas no passivo exigível a longo prazo, atualizados pela taxa Selic. Tais provisões estão baseadas na avaliação da possibilidade de perda pelos consultores jurídicos da Seguradora, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa), para fins de sua classificação.

	2019	2018
Fiscais	351.851	279.283
Trabalhistas	555.492	363.004
Cíveis	967	725
Outros Débitos (*)	27.486	22.603
	935.795	665.615

(*) IRRF Dotal

As movimentações das provisões judiciais são como seguem:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 1º de janeiro de 2018	204.479	280.458	558
Constituições/Reversões	75.657	238.517	167
Pagamento	(853)	(155.971)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	279.283	363.004	725
Constituições/ Reversões (*)	73.449	504.800	474
Pagamento	(881)	(312.351)	(232)
Kyoei - saldo incorporado	-	39	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	351.851	555.492	967

(*) Ver item (b)**(a) Processos fiscais**

As principais ações fiscais referentes a obrigações legais podem ser assim resumidas:

	2019	2018
Lei nº 8.200	1.635	1.615
IRPJ	1.666	1.633
CSLL	215.432	186.758
PIS	27.465	21.041
COFINS	105.249	67.835
FINSOCIAL	125	125
Outras	279	276
	351.851	279.283

As ações fiscais são provisionadas, independentemente da classificação de probabilidade de perda, pois se tratam de obrigações legais.

As principais ações movidas pela Seguradora são:

- Lei nº 8.200 - questionamento pelas autoridades fazendárias da dedução da diferença da correção monetária, apurada entre os índices IPC e BTNF, quando do cálculo do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e imposto sobre o lucro líquido (ILL) em 1991, que vem sendo atualizada mensalmente.
- IRPJ - questionamentos pela falta de atualização do imposto de renda retido na fonte (IRRF) e IRPJ, pagos mensalmente no exercício de 1996. Em 2011, a Seguradora provisionou o auto de infração recebido pela Secretaria da Receita Federal referente ao IRPJ de 2006.
- CSLL - questionamentos quanto:
 - ao recolhimento das alíquotas de 10%, 9% e 8%, em vez de 30%, 15% e 18%, respectivamente (princípio de isonomia), estabelecida pela Emenda Constitucional no 1/94 e pela Lei nº 9.316/96;
 - afastamento da majoração da alíquota da CSLL em 15% pela MP 413/08 convertida em Lei nº 11.727/08;

afastamento da majoração da alíquota da CSLL para 20% através da MP nº 675/15 convertida na Lei nº 13.169/15;

ao não recolhimento referente ao ano de 1996 e posteriores, por não apresentar qualidade de "empresa não empregadora";

O aumento em relação a dezembro de 2018 deve-se às constituições do período e à atualização monetária.

20. Provisões técnicas**(a) Composição**

											2019
	PMBaC	PMBC	IBNR	IBNER	PSL	PVR	PPNG	PPNG - RVNE	PDR	PEF	Total
Vida individual, vida com cobertura por sobrevivência e pessoas	5.146.005	1.494	39.330	(9.973)	42.993	101.430	11.355	1.060	8.786	18.558	5.361.038
Danos				252	389						641
	5.146.005	1.494	39.330	(9.721)	43.382	101.430	11.355	1.060	8.786	18.558	5.361.679
											2018
Vida individual, vida com cobertura por sobrevivência e pessoas	4.009.891	1.520	29.504	(4.482)	35.078	80.569	8.955	708	5.951	18.772	4.186.466
Danos				1.049	3.382						4.431
	4.009.891	1.520	29.504	(3.433)	38.460	80.569	8.955	708	5.951	18.772	4.190.897

(b) Sinistros judiciais

As principais ações de sinistros judiciais, bem como suas descrições sumárias, podem ser assim resumidas:

	2019	2018
Quantidade total de processos acumulados	239	126
Valor de abertura (*)	46.720	47.590
Probabilidade de perda (quantidade)		
Provável	31	26
Possível	106	84
Remota	102	16

(*) Foi considerado como valor de abertura o valor dos pedidos, que em muitos casos pode ser ilíquido ou um percentual do valor da apólice, somado à devolução de prêmios ou danos morais.

(c) Movimentação das provisões técnicas

	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Demais provisões
Saldo em 1º de janeiro de 2018	3.004.783	145.257
Estoque	916.237	-
Novas entradas	88.871	35.749
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.009.891	181.006
Estoque	1.005.987	-
Novas entradas	130.127	34.668
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.146.005	215.674

21. Tabela de desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões referentes às coberturas de vida individual e vida com cláusula de sobrevivência, que até 2012 era contabilizada como provisão de benefícios a regularizar. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos.

Sinistros	2015	2016	2017	2018	2019
Provisões para sinistros no fim do período anterior	6.797	21.969	28.629	22.393	35.078
Antiga Provisão de Benefícios a Regularizar = PBaR	2.709	10.934	14.241	10.578	20.439
Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL	4.088	11.035	14.388	11.815	14.639
Sinistros	83.052	89.193	98.794	144.104	202.181
Exercício atual	84.087	93.416	108.934	144.941	165.178
Exercícios anteriores	(1.035)	(4.223)	(10.140)	(837)	37.003
Pagamentos	(67.880)	(78.580)	(108.984)	(131.419)	(194.266)
Exercício atual	(62.723)	(64.032)	(92.420)	(125.800)	(135.222)
Exercícios anteriores	(5.157)	(14.548)	(16.564)	(5.619)	(59.044)
Provisões para sinistros no fim do período	21.969	32.582	22.393	35.078	42.993
Exercício atual	21.364	29.384	16.514	19.141	29.956
Exercícios anteriores	605	3.198	5.879	15.937	13.037
Resseguro	(5.001)	(5.465)	(3.308)	(4.223)	(5.683)
Provisões líquidas de resseguro	16.968	27.117	19.085	30.855	37.310

22. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 16 de março de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital no montante de R\$ 22.350, mediante emissão total de 29 ações ordinárias. O referido ato societário foi aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 946, de 11 de junho de 2018, e arquivado na JUCERJA sob o nº 3222462.

Em 18 de abril de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital no montante de R\$ 375.800, mediante emissão total de 475 ações ordinárias. O referido ato societário foi aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 963, de 21 de junho de 2018, e arquivado na JUCERJA sob o nº 3240414.

Em 31 de dezembro de 2019, a Kyoei foi incorporada à Prudential. No processo de incorporação, as ações ordinárias da Kyoei, antes pertencentes à Pruserviços, foram convertidas e produziram um acréscimo de R\$14.483 mediante emissão de 17 ações ordinárias da Prudential. O processo de incorporação está em fase de aprovação pela SUSEP.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Prudential, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.024.783 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 1.010.300), dividido em 1.752 (31 de dezembro de 2018 - 1.735) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Essas informações consideram o capital social em aprovação de R\$14.483 e as correspondentes 17 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reserva de capital

A reserva de capital está constituída por subvenções de incentivos fiscais anteriores à Lei nº 11.638/2007.

(c) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Referem-se à avaliação, líquida dos efeitos tributários, dos títulos classificados como "disponíveis para venda" - Nota 2.4, ajustada ao valor de mercado, em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

	2019	2018
Saldo inicial	(28.214)	(31.708)
Reversão de saldos anteriores	28.214	31.708
Constituição (reversão) no fim do exercício		
Títulos de Renda Fixa (i)	(53.019)	(54.811)
CDB - Certificado de Depósito Bancário e Letra Financeira	13.136	7.788
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10(b))	15.953	18.809
	(23.930)	(28.214)

(i) O valor é referente, principalmente, à variação do valor de mercado de NTN-Bs com vencimento em 2050, acumulado até dezembro de 2013 quando era classificado como disponível para venda, passando, a partir dessa data, a ser classificado como mantido até o vencimento. A partir de 2014, as NTN-Bs passaram a ter a sua atualização pela curva do papel em contrapartida ao resultado, e a parcela acumulada no patrimônio líquido é amortizada pelo prazo de vencimento dos títulos.

(d) Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41/IAS 33, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no período.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA:	
Presidente: James Wayne Weakley		Diretor-Presidente: David Legher Aguiar	
Vice-Presidente: Ernesto Federico Spagnoli Jaramillo		Diretores Vice-Presidentes: Carlos Augusto de Moraes Lamego Júnior Patrícia Andrea Freitas Velloso dos Santos Carlos André Guerra Barreiros Thereza Christina Moreno de Oliveira	
Conselheiro: David Legher Aguiar		Contadora: Luciana de Fátima Silva Pinto CRC-RJ 087987/O-4	
		Atuário: Marcos Vinicius Spiguel Coelho de Castro MIBA nº 1404	

O Comitê de Auditoria reuniu-se no dia 27 de fevereiro de 2020. Nesta sessão, dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

- Os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela Auditoria Externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas significativas;
 - Mediante reuniões com os administradores e auditores externos, foram discutidas as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
 - O Comitê tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos de Auditoria Interna, bem como realizou o acompanhamento das providências adotadas pela Administração. O planejamento tático da Auditoria Interna e os aspectos relativos à estrutura, recursos, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos também foram analisados pelo Comitê de Auditoria;
 - O Comitê não identificou qualquer recomendação a ser comunicada à Presidência.
- O Comitê de Auditoria revisou os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e demonstrações financeiras individuais, inclusive as notas explicativas, os relatórios da Administração e relatórios dos Auditores Independentes sobre as

O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	2019	2018
Numerador		
Lucro líquido do exercício	40.965	41.998
Denominador		
Média ponderada de número de ações em circulação	1.752	1.632
	23.381,85	25.734,07

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41/IAS 33. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

(e) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após absorvido o prejuízo acumulado de anos anteriores. Será constituída pela Sociedade até que seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

A reserva de expansão, reserva estatutária criada nos termos do art. 194 da Lei 6.404/76, é constituída por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, estando limitada ao valor do capital social. A reserva tem como objetivo fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios da Sociedade, e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral.

Em 29 de março de 2019, em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada, os acionistas da Seguradora aprovaram a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o qual totalizou R\$ 41.998: (a) R\$ 2.100, correspondentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para a conta Reserva Legal; (b) R\$ 800 distribuídos aos acionistas, a título de dividendos; e (c) o saldo remanescente, no valor de R\$ 39.098, foi destinado para a constituição da reserva de expansão. Nos termos do artigo 202, § 3º, II, da Lei nº 6.404/76, os acionistas aprovaram a não distribuição da totalidade do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas da Seguradora, com a reversão de R\$9.175 do passivo para o patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de R\$ 40.965, a ser submetida em Assembleia Geral Ordinária (AGO), é a seguinte: (a) R\$ 2.048, correspondentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para a conta Reserva Legal; (b) R\$ 9.729 para distribuição aos acionistas, a título de dividendos; e (c) o saldo remanescente, no valor de R\$ 29.188, destinado à constituição da reserva de expansão.

(f) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e Estatuto Social, conforme abaixo:

Descrição	2019	2018
Lucro líquido do exercício	40.965	41.998
(-) Reserva legal	(2.048)	(2.100)
= Lucro ajustado	38.917	39.898
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	9.729	9.975
Constituição reserva estatutária	29.188	29.923

23. Ramos de atuação da Seguradora

Os principais ramos de atuação da Seguradora, prêmios ganhos, sinistros retidos, despesas com benefícios e resgates, índices de sinistralidade, custos de aquisição e índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	2019	2018
Prêmios ganhos		
Vida	1.155.557	(202.470)
Demais (*)	-	3.780
	1.155.557	(198.690)
Sinistros ocorridos		
Vida	875.604	(140.395)
Demais (*)	-	800
	875.604	(139.595)

(*) Cosseguro e resseguro.

24. Detalhamento de contas das demonstrações do resultado**(a) Prêmios**

	2019	2018
Prêmios diretos	2.577.994	2.113.695
	2.577.994	2.113.695

(b) Sinistros ocorridos

	2019	2018
Sinistros diretos	(190.068)	(138.861)
Variação da provisão de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados	(8.622)	(734)
	(198.690)	(139.595)

(c) Custos de aquisição

	2019	2018
Comissões sobre prêmios emitidos	(574.580)	(508.301)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(11.372)	95.996
	(585.952)	(412.305)

(d) Outras receitas e despesas operacionais

	2019	2018
Recuperação de custos com emissão de apólice	70	844
Taxa de franquia	22.996	21.496
Despesas com cobrança	(15)	(10)
Provisão para riscos de créditos duvidosos - provisão sobre prêmios emitidos	(805)	28
Despesas médicas com avaliação de riscos	(12.050)	(8.028)
Outras receitas e despesas operacionais (*)	(2.818)	4.500
	7.378	18.830

(*) Refere-se a receitas e despesas relacionadas à operação de seguros, como recuperações, prêmios e emolumentos.

(e) Resultado com resseguro

	2019	2018
Receita com resseguro		
Recuperação de sinistros	34.154	26.792
Despesa com resseguro		
Prêmio de resseguro cedido - repasse	(55.771)	(55.096)
	(21.617)	(28.304)

(f) Despesas administrativas

	2019	2018
Pessoal próprio	(142.602)	(118.322)
Serviços de terceiros	(161.772)	(119.516)
Localização e funcionamento	(89.879)	(78.812)
Publicidade e propaganda	(41.450)	(28.853)
Depreciação	(16.178)	(14.026)
Publicações	(274)	(304)
Doativos e contribuições	(1.079)	(975)
Provisões judiciais	(505.274)	(239.886)
Contas a pagar com PII (i)	(19.755)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(3.947)	(4.680)
	(982.210)	(605.374)

(i) Refere-se a despesas a serem pagas à matriz da Companhia (PII - Prudential International Insurance Service Company, LLC.), principalmente em relação a gastos com TI.

(g) Despesas com tributos

	2019	2018
COFINS	(72.639)	(54.531)
COFINS diferido	(23)	583
PIS	(11.802)	(8.861)
PIS diferido	(4)	95
Fiscalização - SUSEP	(3.698)	(3.248)
Outras despesas com tributos	(7.392)	(4.819)
	(95.558)	(70.781)

(h) Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de títulos de renda fixa - privados	13.479	15.296
Rendimentos de títulos de renda fixa - públicos	620.077	414.194
Receitas com operações de seguros e resseguros	174.388	153.303
Outras receitas financeiras	15.453	12.296
	823.397	595.089

Despesas financeiras

Despesas com títulos de renda variável	(1.479)	(808)
Despesas com renda fixa	(1.736)	(1.736)
Despesas com operações de seguro	(2.665)	(8.795)
Atualização monetária de impostos/processos fiscais	(17.650)	(15.411)
Taxa de administração carteira	(2.476)	(2.579)
Outras despesas financeiras	(1.003)	(225)
	(27.009)	(29.554)
	796.388	565.535

Resultado financeiro**(i) Perdas com ativos não correntes**

	2019	2018
Provisão de ajuste de preço de aquisição de controlada (Nota 13)	(22.312)	(35.658)
Baixa/alienação de imobilizado	(34)	122
Outras receitas/despesas não operacionais	367	329
	(21.979)	(35.207)

25. Benefícios a empregados**(a) Contribuição ao plano de previdência (PGBL)**

A Seguradora oferece aos funcionários e dirigentes a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar.

RELATÓRIO DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$1.709.570 mil (em 30 de junho de 2019) e R\$1.700.579 mil (em 31 de dezembro de 2019), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do

atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$1.709.570 mil (em 30 de junho de 2019) e R\$1.700.579 mil (em 31 de dezembro de 2019), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referida, em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2020.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Consultores Ltda.

CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45.

Dinarte Ferreira Bonetti - MIBA 2147.

Anexo - Demonstrativos do Parecer dos Atuários Independentes

1. Demonstrativo dos limites de retenção	31/12/2018	31/12/2019
111, 112, 115, 116, 118, 141, 167, 171, 173, 196, 234, 313, 351, 378, 433, 435, 520, 524, 531, 553, 621, 622, 628, 739, 745, 746, 748, 749, 775, 776, 819, 860, 870, 981, 982, 990, 991, 993, 1108, 1162, 1417, 1528, 1597	1.001.885	1.019.832
1329, 1381, 1383, 1384, 1386, 1390, 1391	1.200.000	1.200.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório dos Administradores.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório dos Administradores e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório dos Administradores e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório dos Administradores, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2020
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora
CRC 1RJ087128/O-0

28,5 MILHÕES DE INTERNAUTAS QUE FAZEM A DIFERENÇA NO CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS

Divulgue o balanço anual da sua empresa para quem interessa,
anunciando nos veículos de maior impacto e cobertura no mercado.

ECONÔMICO **Valor + O GLOBO + Valor RI** ECONÔMICO

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA

